Exploração ilegal dos recursos florestais na província de Woleu-Ntem

Exploitation illégale des ressources forestières dans la province du Woleu-Ntem

Relatório da missão de observação da Brainforest - Justiça Ambiental 1 Por Marc ONA ESSANGUI, Secretário Executivo da Brainforest. RELATÓRIO Missão de observação Brainforest - Justiça Ambiental Exploração ilegal dos recursos florestais na província de Woleu-Ntem

-- 1 de 16 --

Exploração ilegal dos recursos florestais na província de Woleu-Ntem 2 RELATÓRIO DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO DA BRAINFOREST - JUSTIÇA AMBIENTAL (c) BRAINFOREST - AGOSTO 2017 Exploração ilegal dos recursos florestais na província de Woleu-Ntem

-- 2 de 16 --

Relatório da missão de observação da Brainforest - Justiça Ambiental 3 Por Marc ONA ESSANGUI, Secretário Executivo da Brainforest. RELATÓRIO Missão de observação Brainforest - Justiça Ambiental Exploração ilegal dos recursos florestais na província de Woleu-Ntem

-- 3 de 16 --

Exploração ilegal dos recursos florestais na província de Woleu-Ntem 4 I/ Introdução .....

.....

.....5 II/ Objetivos da missão .....

.....6 III/ Itinerários seguidos.....

.....6 IV/ Principais observações.....

..... 12 IV-1. A administração das águas e florestas: ..... 12 IV-2. As comunidades locais: ..... 12 IV-3. Os exploradores ilegais: ..... 13 IV-4. Caso de escola: O incidente de Essong Medzome: ..... 13 V/ Recomendações.....

.....

..... 14 VI/ Conclusão .....

..... 15 Sumário

-- 4 de 16 --

Relatório da missão de observação da Brainforest - Justiça Ambiental 5 I/ INTRODUÇÃO A Brainforest e a Justiça Ambiental trabalham há muitos anos em questões relacionadas à exploração dos recursos florestais, ao combate à corrupção no setor florestal, mas também para promover a aplicação das sanções previstas pela lei penal contra os exploradores corruptos e os funcionários desonestos. Nos últimos anos, a aparição de novos operadores nesse setor, especialmente da Ásia, evidenciou práticas duvidosas e o ressurgimento de práticas de corrupção em larga escala envolvendo funcionários da administração das águas e florestas, que deveriam zelar pelo cumprimento rigoroso da lei florestal em vigor. É com base nessa constatação e considerando a falta de acompanhamento das conclusões dos relatórios

anteriores e das missões de outras entidades que atuam nesse setor que a Brainforest e a Justiça Ambiental decidiram realizar uma missão conjunta na província de Woleu-Ntem, epicentro da exploração ilegal de espécies emblemáticas como o Kevazingo. A primeira parte da referida missão ocorreu entre 10 e 16 agosto de 2017 e a segunda de 20 a 29 do mesmo mês. O objetivo da missão era, não apenas sensibilizar as populações impactadas pelas atividades florestais, mas também compreender o fenômeno da exploração ilegal dos recursos em detrimento das populações e, finalmente, discutir com a administração das águas e florestas da província para estudar possíveis ângulos de colaboração a fim de resolver os problemas que afligem o setor. Contexto: O Gabão oferece uma cobertura florestal de cerca de 22 milhões de hectares, ou seja, quase 87% do território nacional. Isso faz do nosso país o primeiro em termos de maior taxa de área florestal por habitante na África. Em termos econômicos, o setor florestal, embora contribua pouco, ocupa o 3º lugar, após os recursos petrolíferos e minerais, nas receitas do Estado. Por fim, o Gabão é um dos poucos países florestais que não sofreu desmatamento maciço (a área de cobertura florestal atual é sensivelmente equivalente àquela dos anos 2000). Os exploradores tradicionais da floresta gabonesa, cuja maioria é composta por empresas europeias, implementaram planos de manejo florestal de acordo com a lei florestal de 2001 ainda em vigor, aguardando a adoção de um novo texto atualmente em trâmite administrativo. Os esforços realizados para a implementação desses planos de manejo florestal permitem colocar todos os operadores no mesmo nível de compromissos em relação à administração. No entanto, nos últimos anos, uma nova onda de operadores, especialmente da Ásia, parece estar tomando atalhos que colocam em segundo plano as disposições legais e, assim, incentivam a corrupção nesse setor. Uma corrupção que afeta, em primeiro lugar, a administração central das águas e florestas e todos os seus desmembramentos dentro do país, causando assim uma perda de receita para as finanças públicas e um risco aumentado de generalização da exploração ilegal dos recursos florestais. As investigações de campo realizadas pelas ONGs Justiça Ambiental e Brainforest evidenciaram vários fatores que, se medidas rigorosas não forem tomadas, podem prejudicar o setor florestal e sua contribuição no orçamento do Estado. Trata-se, entre outros: - Do não cumprimento da lei florestal por operadores que às vezes não possuem licença de exploração - Da corrupção de agentes do departamento de águas e florestas; - Da exploração ilegal de espécies como o Kevazingo, para citar apenas esta; - Da violação das normas em matéria de exploração das florestas comunitárias, acelerando assim também a exploração ilegal da madeira; - Da corrupção de alguns notáveis das comunidades locais, provocando assim divisões dentro das comunidades rurais; - Da cumplicidade das autoridades administrativas com operadores corruptos. 1 Lei 16/01 de 31 de dezembro de 2001 que estabelece o Código Florestal na República Gabonesa

Exploração ilegal dos recursos florestais na província de Woleu-Ntem 6 Diante desse quadro pouco animador e frente à situação alarmante, as ONGs e a administração decidiram realizar projetos de sensibilização junto às populações impactadas e repressão contra os operadores desonestos. Assim nasceu o programa CAF, fruto de uma cooperação entre a AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) e o governo gabonês, cujas primeiras missões de polícia florestal, precisamente na província de Ogooué Ivindo, produziram resultados muito encorajadores, mas foram rapidamente suspensas pela administração por razões de conflitos internos. A Brainforest e a Justiça Ambiental decidiram, portanto, realizar uma missão conjunta na província de Woleu-Ntem, palco, assim como em Ogooué Ivindo, de violações repetidas da legislação florestal em vigor e da exploração ilegal da madeira, ocasionando perdas consideráveis nas receitas do Estado. II/ OBJETIVOS DA MISSÃO A missão, no departamento de Woleu, de uma delegação de quatro pessoas das duas organizações, Brainforest e Justiça Ambiental, tinha como objetivo: - Encontrar e sensibilizar as comunidades rurais impactadas pela exploração florestal; - Avaliar o

nível de implementação dos cadernos de encargos contratuais entre essas comunidades e os operadores florestais, de acordo com a portaria n° 105-MFEPRN/DGF/SACF de 06/05/2014, que estabelece o modelo de caderno de encargos contratuais em aplicação do artigo 251 da lei 16/01; - Encontrar os responsáveis locais da administração encarregados das questões florestais; - Avaliar, finalmente, o nível de funcionamento das florestas comunitárias já operacionais. III/ ITINERÁRIOS SEGUIDOS A equipe partiu de Libreville na manhã de 10 de agosto de 2017, antes de chegar a Oyem, capital provincial do Woleu-Ntem, por volta das 17h30. No dia seguinte, 11 de agosto de 2017, as primeiras visitas ao campo consistiram em agendar encontros com as populações dos agrupamentos dos vilarejos Ngou-Mbolenzok no canton Kyé, departamento de Woleu, e das populações de "Woleu Ayat" no canton Bissok. A visita ao agrupamento de Ngou-Mbolenzok tratou de um conflito surgido dentro de uma parte do canton Kyé, decorrente de um projeto de criação pela associação Essong Mimbuegn de uma floresta comunitária englobando as zonas de uso de vinte e dois (22) vilarejos sem antes consultar os habitantes desses vilarejos. Ao mesmo tempo, o referido projeto de floresta comunitária invade outra da associação Ngouh-Oyop, que possui um recibo provisório do ministério do interior e é titular de uma Convenção Provisória de Gestão emitida pelo ministério responsável pelas e águas e florestas para a criação de uma floresta comunitária. Além disso, esta visita também teve como objetivo verificar uma rumor sobre uma licença florestal da empresa RFM cobrindo a maior parte do canton Kyé (veja mapa1 página 7). Dada a natureza improvisada da visita e as numerosas ocupações das populações desses agrupamentos de vilarejos, um encontro foi agendado para a próxima visita de nossa equipe a fim de avaliar a situação e propor uma estratégia de acompanhamento frente ao conflito entre os iniciadores do projeto de floresta comunitária da associação Essong Mimbuegn e as outras comunidades rurais que denunciam a falta de consulta prévia neste projeto.

Relatório da missão de observação da Brainforest - Justiça Ambiental 7 mapa 1: Mapa do projeto de Floresta comunitária da associação Essong Mimbuegn e as concessões florestais no canton Kyé

Exploração ilegal de recursos florestais na província de Woleu-Ntem 8 Em 12 de agosto de 2017, nossa delegação foi ao lado do canton Woleu, precisamente em Nkang e Essong Medzome, duas aldeias vizinhas impactadas pelas atividades florestais. Na aldeia Nkang, o objetivo era acompanhar a evolução das atividades da floresta comunitária cuja única atividade, desde sua implementação, é a exploração florestal por operadores privados. Constatou-se que as atividades do operador que explora essa floresta comunitária foram suspensas. De acordo com o relatório feito pelos membros da associação villageoise, essa suspensão diria duma exploração sem licença feita por esse operador chamado André. Este último teria recebido uma multa da administração das águas e florestas no valor, segundo as mesmas fontes, de onze milhões (11 000 000) de FCFA. Em Essong Medzome, um conflito agora está aberto entre o operador florestal CDG (Compagnie Dan Gabon) e os habitantes dessa aldeia agrupados em uma associação comunitária. O conflito surge, de um lado, da falta de um caderno de encargos contratuais que os liga ao operador e, de outro lado, do laxismo pelo qual a administração das águas e florestas é acusada diante dessa violação flagrante da lei. Ao longo das discussões, soubemos que as autoridades administrativas provinciais, nomeadamente o prefeito do departamento de Woleu, teriam assinado, diante dos líderes da associação villageoise, um documento apresentado como sendo o famoso caderno de encargos contestado, mas que ainda não estava à sua disposição, embora as atividades florestais do operador estejam efetivas há mais de dois anos. Os notáveis de Essong Medzome

Relatório da missão de observação Brainforest - Justiça de conservação 9 Diante do aumento da tensão palpável, os participantes da reunião encarregaram os líderes da associação de tomar as medidas necessárias para que eles obtivessem um exemplar do referido caderno de encargos contratuais. O que obrigaria a empresa DAN GABON a honrar os compromissos estabelecidos nesse documento, se houver compromisso. A assistência deu um prazo de uma semana à equipe de liderança para responder a essa exigência, caso contrário, medidas serão tomadas a nível local que podem até perturbar as atividades florestais da companhia. Nossa equipe se comprometeu a acompanhar esse caso durante nossa missão para que as disposições da lei florestal possam ser respeitadas. Alguns dias depois, fomos informados do documento assinado pelo prefeito, pelo presidente da associação da aldeia e apresentando um simples carimbo da direção provincial das águas e florestas. Nós constatamos, para nosso desgosto, que se trata de um simples formulário anônimo que não fornece nenhuma informação sobre o operador, o tipo de licença, a área a ser explorada ou ainda os projetos a serem executados. O nome da aldeia não está mencionado. Como o prefeito do departamento pôde colocar sua assinatura ao pé de um tal documento? O que significa essa pressa em emitir esse documento se não uma operação de comunicação visando acalmar os ânimos ou simplesmente uma cumplicidade comprovada com o operador chinês? A escala da aldeia Zanangoué no canton Bissock destacou, por um lado, um conflito entre uma empresa chinesa que implantou uma serraria na saída da aldeia e as populações, conflito que surgiu do não-respeito dos compromissos assumidos pelo operador chinês em relação às populações; e por outro lado, disputas relacionadas à exploração ilegal de madeira entre os filhos da aldeia. Uma queixa contra Emmanuel Nkoulou, acusado por uma parte da aldeia de ter obtido ilegalmente madeira abandonada e de explorar uma licença expirada, está, aliás, em andamento no tribunal de Oyem, capital provincial de Woleu-Ntem no Norte do Gabon. As populações acusam o operador chinês de não respeitar os compromissos assumidos e até se recusam a vender a madeira, chegando a preferir queimar. Uma acusação que verificamos ao nos dirigirmos ao local da serraria. Uma visita a Libreville da equipe para retornar ao campo no dia 20 de agosto foi necessária para permitir preparar os suportes, os instrumentos de apoio à decisão, incluindo o Guia de aplicação do decreto 105. Este guia elaborado pela plataforma Gabão Minha Terra Meu Direito com a colaboração das ONGs ClientEarth, WWF, Brainforest em parceria com o ministério da Economia Florestal foi distribuído aos auxiliares de comando das aldeias e dos agrupamentos aldeãos objeto de nossos diferentes encontros. Nossa missão nos levará às aldeias Mbè Essangui, Akam Essatouk, Obout Metome, Adzap Essatouk 1, Adzap 2 e Adzap 3 no canton Nye.

Exploração ilegal de recursos florestais na província de Woleu-Ntem 10 Reunião em Obout Essangui Antes de prosseguir com nossa missão de campo, desejamos encontrar os responsáveis pela gestão das águas e florestas a nível provincial. Uma reunião com o Diretor Provincial das Águas e Florestas (DP) se fez necessária, a qual ocorreu em 25 de agosto de 2017 em Oyem a partir das 10h. Vários pontos foram abordados, como a situação em Essong Medzome, a licença RFM em Woleu Ayat, a reunião convocada pelo governador da província cercado pelos operadores econômicos do setor madeireiro, o caso dos exploradores ilegais do Kevazingo e o da empresa Ultra Bois Gabon. Dessa reunião, conclui-se: 1) Sobre a situação em Essong Medzome: Informamos o Diretor provincial sobre o caso de Essong Medzome. De fato, tendo sido informados da assinatura do caderno de encargos contratuais entre as autoridades locais e a associação da aldeia Essong Medzome, buscamos obter uma cópia do referido documento para examinar minuciosamente seu conteúdo. Fomos surpreendidos ao constatar que, em vez do caderno de encargos, trata-se de um simples formulário padrão que não contém

nenhuma informação capaz de nos esclarecer sobre o tipo de licença, sua área, a data de atribuição e os compromissos assumidos pelo operador florestal CDG junto às populações impactadas pela atividade. Um simples formulário contendo parágrafos que supostamente seriam do prefeito do departamento, do presidente da associação da aldeia e um simples carimbo da direção provincial das águas e florestas. Questionado sobre a confiabilidade do documento, o Diretor Provincial das Águas e Florestas nos confessou que esse documento não poderia ser considerado um caderno de encargos vinculando as duas partes em conflito porque apresenta irregularidades tanto no fundo quanto na forma. Portanto, pudemos concluir que até o momento, das 17 companhias florestais operando na província, nenhuma está vinculada às populações por um documento que atenda às normas exigidas pela regulamentação florestal. O diretor assegurou que medidas serão tomadas para remediar a situação. Ele estaria solicitando ao seu colega do Ogooué Lolo para se inspirar no modelo elaborado pelos serviços dessa província a fim de adaptá-lo ao nível do Woleu-Ntem. Ele promete regularizar essa situação até 15 de setembro de 2017. 2) Sobre a licença RFM da zona Woleu Ayat: Informamos ao Diretor Provincial sobre a recusa das populações da zona Woleu Ayat, no canton Bissock, de continuar a cooperar com o operador RFM, após a reunião de 19 de agosto de 2017 que reuniu os representantes do operador e as populações das aldeias impactadas por uma licença de mais de 10.000 ha. Constatou-se, ao examinar o dossiê exigido pelas populações que a referida licença deveria ter sido devolvida ao domínio desde 2013, mas está sendo atribuída um decreto de transferência entre dois operadores. Para esclarecer essa situação, os participantes solicitaram a suspensão de todas as atividades na região até nova ordem para que as coisas sejam melhor esclarecidas. 3) Sobre a reunião convocada pelo governador da província em 24 de agosto de 2017 com os operadores

aplica ao senhor André, que nossa equipe surpreendeu na floresta comunitária de Nkang, onde atua como subcontratado; finalmente, o senhor Bekale, surpreendido em flagrante delito de reunião na aldeia Atong no Cantão Bissok. Algumas horas após deixar Senhor Bekale, as línguas se soltam. Segundo os participantes da famosa reunião, trata-se de sensibilizar as populações da região sobre um projeto de construção de uma estrada ligando essa aldeia aos vilarejos Ellelem e Bissok, passando por “Oveng-Abee”. Um projeto cujos objetivos são claros. Oveng sendo o segundo nome do agrupamento de vilarejos dessa região. 5) Sobre o caso da empresa Ultra Bois Gabon: Há alguns meses, segundo as informações coletadas em campo, o Diretor de uma empresa chamada Ultra Bois Gabon, que se apresenta como próximo do Presidente da República, decidiu se lançar na exploração do Kevazingo. Ele então contata um intermediário na localidade de Bitam chamado Ollo. Ele precisa de uma quantidade muito grande de Kevazingo. As primeiras informações que nos chegam indicam a cifra de 2000 m3 a serem coletados, mas a colaboração com Ollo em Bitam não vai bem. 1000 m3 de madeira teriam sido coletados com seu contato em Bitam (Ollo). Mas, por não ter alcançado a quantidade desejada, o Diretor da Ultra Bois Gabon se volta para a direção provincial de águas e florestas para organizar uma segunda missão de martelamento do Kevazingo. Mas após algumas semanas, as duas partes percebem que será impossível martelar a quantidade de Kevazingo desejada. Assim, uma estratégia é implementada, que consiste em fazer projeções de madeira com base nas informações fornecidas pelos trabalhadores da Ultra Bois em Bitam. Segundo nossas investigações, de

fato, durante sua passagem pela localidade de Bitam para uma missão de prospecção, os trabalhadores dessa empresa pertencente a um filho da província, próximo do Presidente da República, localizaram a madeira na floresta, ainda em pé. Para atingir o volume desejado, os agentes de águas e florestas então martelam madeira fictícia (que não viram), mas à qual atribuem diâmetros, calculam um volume e atribuem coordenadas GPS. À luz dessas informações, somos levados a concluir que o relatório de martelamento da Ultra Bois contém informações não confiáveis e não verificáveis.

 12 Questionado sobre o caso dessa empresa, o Diretor Provincial de Águas e Florestas se contentará em rejeitar as informações sobre a quantidade de madeira solicitada e reconhecerá ter recebido o pedido de madeira dessa empresa “de um próximo do Presidente da República”, “filho da província” e que a carga de madeira ainda não havia começado. Para o Diretor provincial de águas e florestas, nenhum pedido de madeira de uma entidade não detentora dum permissão pode exceder o número de 500 m3. IV/ PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES Essa missão nos permitiu observar uma série de falhas: IV-1. A administração de águas e florestas: À luz dos fatos observados, fica claro que a administração de águas e florestas brilha por uma complacência que se assemelha a uma cumplicidade com os operadores florestais e os exploradores ilegais. Como pode-se explicar que das 17 companhias florestais em atividade na província, nenhuma delas assinou até hoje um caderno de encargos contratuais aceitável com as populações impactadas pela atividade florestal e que foi necessária a reunião do dia 24 de agosto de 2017 em torno do governador para que as autoridades provinciais percebessem que nenhuma empresa está em dia em relação às comunidades rurais, enquanto há empresas que estão em exploração há anos? Conseguimos obter uma cópia do que parece ser um caderno de encargos contratuais entre as populações da aldeia Essong Medzome e a companhia CDG. Um documento, segundo as populações, e que verificamos que possui a assinatura do prefeito do departamento de Woleu, do presidente da associação dos moradores e um carimbo da direção geral das águas e florestas. Em vez de um caderno de encargos contratuais, trata-se mais de um formulário

anônimo que não contém nenhuma informação necessária capaz de informar sobre a companhia e as reivindicações da população. Como as autoridades puderam assinar um tal documento? Como a administração provincial de águas e florestas não assegura o acompanhamento desse tipo de processos para que o caderno de encargos seja efetivo? A concessão de autorizações especiais de recuperação de madeira favorece a exploração ilegal da madeira e especialmente do Kevazingo. De fato, nos foi relatado que um produto impregnado nos troncos de Kevazingo faz crescer cogumelos para dar a aparência de uma madeira abandonada há mais de seis meses, ou mesmo anos, para enganar a vigilância dos inspetores e outros controladores. Um prazo mínimo de seis meses é exigido para proceder à recuperação. Vários testemunhos relatam que vários agentes de águas e florestas se apresentam com os operadores florestais com um status de consultores. IV-2. As coletividades locais: Ao longo de nossa missão e através de testemunhos anônimos e com rostos descobertos, nos chega insistentemente que as diferentes intervenções das autoridades administrativas da província fazem pensar em uma certa conluio com os operadores corruptos. É o caso das aldeias Obout Essangui e Essong Medzome, onde os nomes do prefeito do departamento de Woleu e do governador da província são regularmente citados para denunciar sua intervenção direta para que as populações cedam diante das inúmeras violações da lei florestal no contexto da exploração ilegal de certas espécies como o Kevazingo.

 IV-3. Os exploradores ilegais: Muitos operam na exploração ilegal da madeira com muita facilidade. Tudo parece corroborar a ideia segundo a qual as autoridades administrativas não desempenham seu papel. Nkoulou Emmanuel, Bekalé e André, os nomes mais citados parecem operar impunemente. Se o Diretor provincial de águas e florestas reconhece que sua administração deve a Emmanuel Nkoulou, em virtude de um julgamento do tribunal em um caso de recuperação de madeira, 80 m3 de Kevazingo e durante nossa missão, ele conseguiu recuperar 29 m3, restando recuperar 51 m3, nada a relatar para os outros que continuam a operar impunemente, utilizando práticas pouco ortodoxas. Os traficantes usariam um produto que despejam sobre a madeira recém-cortada para dar a ela uma aparência velha de 6 meses regulamentares para permitir que solicitem as autorizações especiais de recuperação. Eles procedem por uma série de abordagens junto aos habitantes das aldeias para recensear e pedir às populações que cortem os Kevazingo em troca de pequenas quantias de dinheiro que variam de 100.000 a 500.000 FCFA por tronco. Todos trabalhando em nome das companhias chinesas que são grandes consumidoras do Kevazingo. Além do caráter ilegal desse tipo de exploração, porque realizadas na ausência de uma permissão em boa e devida forma, é a astúcia que consiste na administração de águas e florestas em conceder autorizações especiais de recuperação de madeira aos atores, favorecendo o corte ilegal e depois proceder à venda em leilão. O Diretor provincial de águas e florestas nos informou, aliás, que enviou três correspondências à sua hierarquia sob o governo da Senhora Estelle Ondo para interromper temporariamente a exploração do Kevazingo na província para colocar ordem nesse setor. Mas até hoje, ele não recebeu nenhum retorno de sua hierarquia. IV-4. Caso de escola: O incidente de Essong Medzome: O incidente de Essong Medzome é revelador do clima “elétrico” entre a administração, os operadores e as populações. De fato, após constatar que o documento assinado pelo prefeito diante deles não tem valor, os moradores decidem erguer barricadas em sua aldeia para impedir a passagem dos caminhões da companhia

 uma ação para protestar contra o que consideram como uma falta de consideração e desprezo por parte do

operador e das autoridades administrativas. Dois dias depois, um esquadrão da gendarmaria chega para ordenar que levantem as barricadas sob pena de serem presos. O jurista da Conservation Justice instalado em Oyem foi imediatamente ao local para explicar claramente aos gendarmes que aqueles que, neste conflito, violam a lei, são a empresa que explora há mais de dois anos, mas que até hoje não assinou nenhum caderno de encargos com os moradores, conforme o artigo 251 do código florestal em vigor na República Gabonesa. Após essas explicações, os agentes decidem ir relatar à sua hierarquia e voltar no dia seguinte com as autoridades departamentais. No dia seguinte, enquanto nossa equipe aguardava a confirmação do horário da reunião para que pudéssemos nos juntar à delegação para defender as populações, soubemos um dia depois que o prefeito do departamento foi ao local acompanhado de um agente das águas e florestas, do substituto do promotor, de oficiais da gendarmaria e da polícia, assim como do subprefeito de Bolossoville. O relato que recebemos dessa reunião, pelas populações dessa aldeia dois dias depois, é esclarecedor sobre a cumplicidade entre as autoridades locais e o operador. Nenhum dos moradores teve tempo de colocar uma palavra para explicar o sentido da operação "STOP aos Grumiers". A perturbação da ordem pública foi alegada erroneamente para "sufocar no nascedouro" a nobre reivindicação das populações antes de pedir ao operador que começasse a desobstruir dois locais para a construção de uma escola e de um dispensário na aldeia. Durante nossa passagem, duas máquinas haviam desobstruído e preparado um local. É preciso perguntar sobre qual base e qual compromisso o operador vai realizar essas obras se nenhum caderno de encargos contratuais for assinado. Ora, é com base no valor do fundo de desenvolvimento local, abastecido pelo concessionário em uma conta, que os projetos de interesse comunitário, validados pelo comitê de gestão e acompanhamento dos projetos, são financiados. Uma simples operação de encobrimento com a cumplicidade das autoridades judiciais e administrativas da província. V/ RECOMENDAÇÕES Diante da gravidade da situação, da perda de receita do Estado, do aumento do fenômeno da corrupção, é urgente tomar as seguintes medidas: 1) Um moratório de 3 anos sobre a exploração do Kevazingo para parar a hemorragia a curto e longo prazo. E integrar o Kevazingo na lista das espécies integralmente protegidas e respeitar as disposições do anexo II da CITES; 2) Assinar e disponibilizar para as populações cadernos de encargos contratuais conforme o modelo da portaria 105 para que estas possam usufruir dos benefícios da exploração dos recursos em estrito respeito à lei florestal em vigor; 3) Reforçar as missões do CAF e expandi-las rapidamente por todo o território nacional; 4) Punir os agentes do Estado culpados de cumplicidade de corrupção e exploração ilegal de madeira; 5) Expelir qualquer pessoa culpada de exploração ilegal de madeira de qualquer atividade florestal; 6) Permitir que as ONGs acompanhem a administração nas missões de vigilância e controle das atividades florestais e no processo de implementação dos cadernos de encargos contratuais; 7) Proceder à retroatividade (a partir de 2014, data da assinatura da portaria 105 que estabelece o modelo de caderno de encargos contratuais) dos depósitos nas contas comunitárias proporcionalmente ao número de anos de exploração com base em 800 FCFA por metro cúbico.

 VI/ CONCLUSÃO Este mês de trabalho de campo entre Brainforest e Justiça de Conservação, duas ONGs na vanguarda da luta contra a exploração ilegal de madeira e a corrupção no setor, nos permitiu medir a extensão e a desordem que se instalou na região Norte do Gabão, no setor florestal com a cumplicidade dos agentes de toda a administração descentralizada. O corpo da justiça também não está isento, segundo algumas informações. Diante dessa situação muito preocupante, é hora de pegar o touro pelos chifres e proceder a uma reforma do setor florestal não apenas pela revisão da lei que, por si só, não pode resolver o problema. Mas também, o desmantelamento de redes fraudulentas de atribuição de licenças florestais e outras autorizações de recuperação

de madeira é necessário. E, finalmente, é preciso garantir o acompanhamento dos planos de manejo florestal conforme previsto pela lei, e pôr fim às redes paralelas na industrialização. Não fazer isso nos prazos mais urgentes equivale a convalidar as perdas registradas pelas finanças públicas em benefício de indivíduos, a convalidar o não cumprimento da lei florestal por operadores de todos os lados e a instalar a ilegalidade definitivamente neste setor com as consequências que isso acarreta para a segurança nacional e a lavagem de dinheiro. Cada um deve, portanto, assumir suas responsabilidades e assim contribuir para a luta contra qualquer forma de exploração florestal ilegal em nosso país, o Gabão.

Exploração ilegal dos recursos florestais na província de Woleu-Ntem 16 B.P: 23 749 Libreville, Gabão Ambowé, Camp DEGAULLE Tel.: +241 01 73 08 86 E-mail: info@brainforest-gabon.org url:http://www.brainforest-gabon.org Conservation Justice, Gabão Libreville, Aplicação da Lei sobre a Fauna e a Floresta no Gabão. luc@conservation-justice.org http://www.conservation-justice.org